



**Exmo. Senhor**

**Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,**

**Dr. Domingos Quintas**

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.01.12

**ASSUNTO:** Proposta n.º 12-P/2016

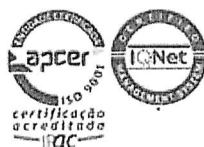
«Aprovar a Alteração à Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Sintra 2016, constante dos Anexos I e II.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea m) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 12 de janeiro de 2016.

**Com os melhores cumprimentos,**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**

**Basílio Horta**



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

# CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

## DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

14

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 12.01.2016**

Proposta nº 12-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

**VOTAÇÃO:** *Aprovada por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores do PS/PA*


Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 12 de janeiro de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



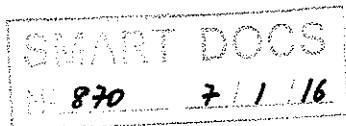
Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/[gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)



SINTRA  
CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

**PROPOSTA Nº. 12 -P/2016**

Considerando que na actual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, a que se refere a publicação de aviso em Diário da República, 2ª série, nº.5, de 08 de janeiro de 2014, subsequentemente alterada (cfr. avisos publicados em Diário da República, 2ª Série, nº. 134, de 15 de julho de 2014 e nº. 198, de 9 de outubro de 2015), foi consagrado o Gabinete de Contratação Pública, unidade orgânica nuclear, equiparada a cargo de direcção intermédia de 1º grau;

Considerando que se trata de Gabinete Municipal que concentra e congrega todas as atribuições em matéria de empreitadas de obras públicas e aquisições de bens e serviços e condução dos correspondentes procedimentos de contratação pública, necessários ao cumprimento dos objectivos estratégicos da autarquia e funcionamento geral dos serviços municipais;

Considerando que a experiência recente tem evidenciado que o volume de trabalho actualmente existente no Gabinete de Contratação Pública, exige e reclama uma clara distinção e priorização do trabalho a desenvolver, relegando para níveis hierárquicos inferiores de decisão, procedimentos cuja dimensão ou importância justificam o recurso a mecanismos de delegação de competências, agilizando e conferindo celeridade ao seu normal prosseguimento;

Considerando que, também do ponto de vista da organização interna da actividade do Gabinete, se entende vantajosa a consagração de uma unidade orgânica (flexível) que especificamente se oriente para a condução e tramitação de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços que se enquadrem nos valores definidos para os procedimentos de contratação pública por ajuste directo, os quais se caracterizam, em geral, por um elevado grau de urgência e menor grau de complexidade, exigindo formas expeditas de enquadramento e tratamento;

Considerando que importará, pois, proceder ao reajustamento da estrutura e organização dos serviços municipais, no sentido do aperfeiçoamento referido,

**Tenho a honra de propor**, nestes termos e com fundamento no disposto nas alíneas m) e o) do nº. 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº. 1 do artigo 33º, todos da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, que o órgão executivo municipal:

**1)- Aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal, a presente Proposta de alteração à estrutura orgânica nuclear da Câmara Municipal de Sintra,** em obediência ao disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de Outubro, a qual se consubstancia em mera

Reunião de

12 JAN. 2016

Doctº Agendado com o  
Nº 14



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



8



reorganização interna das atribuições cometidas ao Gabinete de Contratação Pública, o qual passará a designar-se Departamento de Contratação Pública, integrando a Divisão de Aquisição de Bens e Serviços, no sentido da sua conformação com os propósitos de optimização do seu funcionamento e tudo de acordo com **proposta de alteração à estrutura nuclear, que constitui o Anexo I**, o qual faz parte integrante da presente Proposta, a complementar com as alterações à estrutura flexível que venham a ser aprovadas pelo órgão executivo municipal, no quadro dos limites fixados pela Assembleia Municipal;

2)- **Aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal**, quanto à fixação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis, tal como consta na proposta de estrutura nuclear dos serviços municipais (Anexo I) relativamente ao Gabinete de Contratação Pública, e num total de 41 Unidades Orgânicas flexíveis, sendo:

- 36 cargos de direção intermédia de 2º grau, dos quais, 3 cargos dirigentes não contabilizáveis para os limites legais estabelecidos ao provimento de cargos dirigentes, porquanto correspondentes às exceções aos limites de provimento a que se refere a alínea a) do nº. 1 do artigo 10º da Lei nº. 49/2012, de 29 de agosto;

- 5 cargos de direção de 3º grau, já existentes na estrutura flexível dos serviços municipais;

3)- **Aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal**, a presente Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal dos serviços municipais, a qual se consubstancia em mera adaptação do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra à presente alteração à estrutura organizativa dos serviços municipais, no que concerne aos cargos de direção, conforme dotações identificadas em quadro seguinte, identificativo dos postos de trabalho necessários e existentes, por referência às unidades orgânicas propostas e com produção de efeitos reportados à efetiva concretização das referidas alterações organizativas.

#### **Total do grupo de pessoal dirigente:**

	Nº. Atual	Nº. Proposto	Alteração
Diretor Municipal	1	1	0
Diretor de Departamento	11	11	0
Chefe de Divisão	35	36	+1
Cargo de direção intermédia de 3º grau	5	5	0
	<b>52</b>	<b>53</b>	<b>+ 1</b>

Reunião de

12 JAN. 2016



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



Docto Agendado com o  
Nº 14

4)- Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7º e nº. 3 do artigo 10º, ambos do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de outubro, **que o órgão executivo municipal aprove a presente Proposta de alteração da estrutura orgânica flexível da Câmara Municipal de Sintra** a qual se consubstancia, em síntese, na criação, na estrutura flexível dos serviços municipais, da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços, unidade orgânica flexível integrada no Departamento de Contratação Pública;

5)- Ainda nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7º do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de Outubro, **que o órgão executivo municipal aprove as atribuições e competências da unidade orgânica flexível "Divisão de Aquisição de Bens e Serviços"**, nos exatos termos constantes da **proposta de alteração à estrutura flexível, que constitui o Anexo II**, o qual faz parte integrante da presente Proposta,

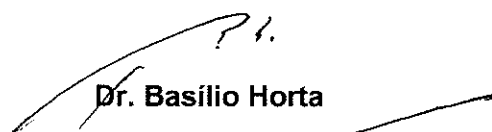
Sendo que a validade e eficácia da deliberação que aprove a criação da unidade orgânica flexível, bem como as atribuições e competências que lhe correspondem e a que se referem os pontos 4. e 5., supra, ficará dependente da deliberação de aprovação da Assembleia Municipal quanto à fixação do limite máximo de 41 unidades orgânicas flexíveis e a que se refere o ponto 2. da presente Proposta.

Por fim, e por razões de coerência, que só uma leitura integrada das estruturas, nuclear e flexível, pode conferir, PROponho que o órgão executivo municipal delibere no sentido do **envio a conhecimento da Assembleia Municipal, do teor da Proposta de alteração à Estrutura flexível dos serviços municipais, ora identificada como Anexo II.**

A alteração das estruturas, nuclear e flexível dos serviços municipais, que decorra da aprovação das Propostas de alteração pelos competentes órgãos municipais, entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, nos termos do estatuído no nº. 6 do artigo 10º do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de Outubro, data na qual será ainda conferida exigível publicitação aos despachos de afetação e reafetação do pessoal às unidades orgânicas objeto de reorganização e de consagração na estrutura flexível dos serviços municipais, nos termos e em cumprimento do disposto no supra citado preceito e diploma legal.

Município de Sintra, aos 7 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara

  
Dr. Basílio Horta

Reunião de

12 JAN. 2016

Doctº Agendado com o

Nº 14



Alteração à Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais, consubstanciada na alteração dos artigos 12º e 27º, que passam a ter a seguinte redação:

**Artigo 12º**

**(MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA)**

a)- Para a prossecução das atribuições do Município e das competências da Câmara Municipal de Sintra, a organização interna dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, constituída pelas seguintes unidades orgânicas nucleares:

1- Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, a qual integra:

1.4. – Departamento de Segurança e Emergência;

1.5. – Departamento de Gestão do Território;

1.6. – Departamento de Obras Municipais e Gestão do Espaço Público;

2- Departamento de Administração, Finanças e Património;

3- Departamento de Recursos Humanos;

4- Departamento de Solidariedade e Inovação Social;

5- Departamento de Educação;

6- Departamento de Cultura, Juventude e Desporto;

7- Gabinete AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal);

9- Gabinete Jurídico e de Notariado;

10- Departamento de Contratação Pública.

b)- A presente estrutura nuclear contempla um total de 1 Direção Municipal, 9 Departamentos Municipais e 2 Gabinetes equiparados a Departamento Municipal.

**Artigo 27º**

**(Do Departamento de Contratação Pública)**

1. Compete ao Departamento de Contratação Pública dirigir as atividades de contratação pública, enquadrando a ação da

unidade orgânica flexível que o integra, em número máximo que se fixa em uma, por referência às áreas de intervenção do Departamento.

1. São atribuições genéricas do Departamento:

a)- Assegurar os procedimentos tendentes à adjudicação de empreitadas de obras públicas, independentemente da unidade orgânica proponente, promovendo o respetivo lançamento e acompanhamento jurídico – administrativo, até à adjudicação e contratação;

b)- Assegurar os procedimentos conducentes à adjudicação de aquisições de bens e serviços, assim como de concessões de obras e serviços públicos pelo Município, decorrentes do regime jurídico inserto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar, designadamente, concursos públicos com publicitação internacional, concursos de conceção e demais instrumentos procedimentais especiais.

c)- Assegurar o cumprimento das orientações estratégicas definidas em matéria de centralização dos procedimentos de contratação, por forma a potenciar a capacidade negocial do Município e respectivos serviços, garantindo a eficiência, racionalidade e qualidade da contratação;

d)- No âmbito da celebração de contrato escrito, o Departamento de Contratação Pública deve articular a sua atividade com o oficial público, designado nos termos legais;

e)- Centralizar, elaborar e organizar os processos administrativos para a realização dos diversos procedimentos, independentemente da sua natureza, desde o seu início ou lançamento até à respetiva adjudicação e contratação;

f)- Estabelecer com as unidades competentes do Departamento de Administração, Finanças e Património as diligências para a cabimentação das despesas e demais atos de natureza financeira que se afigurem necessários;

g)- Comunicar regularmente às unidades orgânicas proponentes, o estado da tramitação dos procedimentos de contratação;  
Reunião de

12 JAN. 2016

Docto Agendado com o  
Nº 14

2. Compete-lhe, em especial:

- a)- Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, observando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;
- b)-Assegurar a tramitação procedimental relativa à aquisição de bens e serviços de acordo com as normas legais aplicáveis, critérios técnicos, económicos e de qualidade e que não se enquadrem nas atribuições da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços;
- c)- Promover o estabelecimento de sistemas de seguros adequados à realidade municipal e gerir a carteira de Seguros mantendo os respetivos registos, com a colaboração de outros serviços municipais responsáveis, designadamente, pelos recursos humanos, pelo equipamento de transporte e máquinas e pelo património imóvel;
- d)- Elaborar, em colaboração com diversos serviços, o Plano Anual de Aprovisionamento, em consonância com as atividades comprometidas no Plano de Atividades.

Reunião de

12 JAN. 2016

Doctº Agendado com o

Nº 14

## Anexo II

Alteração à Estrutura Flexível dos Serviços Municipais, consubstanciada no aditamento dos artigos 37.º-B e 37.º-C, com a seguinte redação:

### **Artigo 37.º-B (Do Departamento de Contratação Pública)**

O Departamento de Contratação Pública desenvolve as atribuições decorrentes do artigo 27º da estrutura nuclear dos serviços municipais, enquadrando a acção da seguinte unidade orgânica flexível:

- Divisão de Aquisição de Bens e Serviços.

### **Artigo 37.º-C (Da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços)**

São atribuições da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços:

a)-Assegurar a tramitação procedimental relativa à aquisição de bens e serviços de acordo com as normas legais aplicáveis, critérios técnicos, económicos e de qualidade e até ao limite legalmente estabelecido para os procedimentos por ajuste directo;

b)- Proceder, em tempo útil, à aquisição dos bens e serviços necessários à atividade municipal, de acordo com critérios técnicos, económicos e de qualidade. Neste âmbito, compete-lhe:

- proceder, mediante prévia determinação, à abertura, instrução e tramitação dos procedimentos para aquisição de bens e serviços;

- preparar os instrumentos administrativos dos procedimentos para apreciação ou parecer por parte das Comissões de Apreciação de Propostas, a designar pelo Presidente da Câmara

- garantir o controlo dos processos de aquisição diretos e expeditos, instituídos pela Câmara para acorrer a situações de urgência ou imprevistas.

c)- No âmbito da celebração de contrato escrito, a da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços deve articular a sua atividade com o oficial público, designado nos termos

legais;

d)- Proceder à constituição e gestão racional de "stocks", em consonância com critérios definidos em articulação com os diversos serviços utilizadores;

e)- Superintender as atividades e serviços de reprografia numa perspectiva de racionalização, eficácia e responsabilização pelos respetivos custos.

Reunião de

1 2 JAN. 2016

Doctº Agendado com o

Nº 14